

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO**

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (de juros e de preço), risco de câmbio, risco de liquidez e de crédito.

Risco de juros – a empresa vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros através de negociações com as instituições financeiras, estas ações são decorrentes da estratégia adotada pela empresa.

Risco de câmbio – é realizado um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balanço cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas e coligadas.

Risco de liquidez – é realizada tendo em consideração indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo. A gestão de risco tem como objetivo realizar acompanhamento da liquidez e efetuar os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata e liquidez trimestral permitindo a gestão obter dados numa óptica global. As principais ações da Companhia estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

Risco de Crédito – Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional. A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente, acompanhando o limite de créditos concedidos aos clientes, acompanhar o nível de inadimplência tomando medidas necessárias para minimizar o impacto no caixa da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3.

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve, no último exercício social, alteração relevante nos riscos de mercado mencionados no item 5.2.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não existem outras informações relevantes a respeito dos riscos de mercado que não estejam descritos acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA****10.1 – Os diretores devem comentar sobre:****a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio.

Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

Consolidado	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	Variação Percentual 31/12/2011 x 31/12/2010	Variação Percentual 31/12/2010 x 31/12/2009
Patrimônio Líquido	40.483	34.699	22.351	16,7%	55,2%
Ativo Total	233.865	178.747	163.600	30,8%	9,3%
Receita Líquida	278.773	247.758	222.921	12,5%	11,1%
Resultado Bruto	123.104	105.548	91.213	16,6%	15,7%
Resultado Líquido	6.723	9.497	69.737	-29,2%	-86,4%

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**(i) hipóteses de resgate**

Não aplicável.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$ 15.270. A dívida total ao final de dezembro de 2011 é de R\$ 121.015, sendo 45% em longo prazo. A dívida líquida ao final de 2011 é de R\$ 105.745.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais de primeira linha.

Em 2011, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 14.510. Para financiar os seus investimentos em ativos não circulantes, a Companhia utilizou a geração de caixa e financiamento junto a bancos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes. (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento da companhia apresentava a seguinte composição:

EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Encargos financeiros					
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI mais 0,25% a 0,36%	49.548	10.975	72.753	25.376
Desenbahia - BNDES	TJLP	23.242	25.191	23.242	25.191
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	2.551	1.501	2.557	1.501
Pró-indústria	TR + 1% a.m	2.807	2.004	2.807	2.004
Financiamento Importação	Taxa Libor	1.013	-	1.013	-
Dêbentures - não conversíveis	INPC mais juros de 8,5% a.a	13.651	14.372	13.651	14.372
		92.812	54.043	116.023	68.444
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	Variação cambial mais 13,44% a.a.	4.992	4.206	4.992	4.206
		97.804	58.249	121.015	72.650
Passivo circulante		44.150	12.226	66.810	20.311
Passivo não circulante		53.654	46.023	54.205	52.339

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes**Desenbahia**

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Capital de giro**Em moeda nacional**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores relacionados à captação de recursos para capital de giro é composto por:

Instituição Financeira	Cambuci S/A	Impar Sports	Penalty Ibéria	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Bradesco	6.620	3.859	-	-	-	10.479
Banco ABC	4.452	-	-	-	-	4.452
Banco del Chile	-	-	-	-	687	687
Banco Daycoval	-	3.963	-	-	-	3.963
Banco Santander	-	-	945	-	-	945
Banco Fibra	15.697	-	-	-	-	15.697
Banco do Brasil	3.291	-	-	-	-	3.291
Banco Itaú	19.488	-	-	13.752	-	33.240
	<u>49.548</u>	<u>7.822</u>	<u>945</u>	<u>13.752</u>	<u>687</u>	<u>72.753</u>

Todas essas operações estão sendo oferecidos recebíveis como garantia.

Em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a empresa assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812, pertencentes à controlada Cambuci Trust S.A.

Em outubro de 2006, parte da dívida foi renegociada, junto aos seus credores.

Debêntures

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago mediante parcelas em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010 a Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalis, com a anuência expressa da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES LTDA., o valor de R\$ 18.479,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;

b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano

c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios .

A Companhia, para 31 de dezembro de 2011, encontra-se adimplente com a atual operação.

ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de Longo Prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

A Companhia em 31/12/2011 estava utilizando 70% dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras. Todos os contratos possuem garantias calçadas em duplicatas mercantis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para as demonstrações financeiras consolidadas as mesmas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board –IASB*.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado . DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 09 de Março 2012.

A preparação das informações anuais da controladora e consolidadas requer o uso de premissas e estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superiores há um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados pelo valor justo).

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros . Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 -Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 . Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) . Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) . Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Considerações Sobre As Principais Contas Do Ativo**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	275	375	275	375
Bancos	8.450	839	14.995	7.331
	8.725	1.214	15.270	7.706

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros, não havendo aplicações em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber	77.689	66.632	75.306	79.967
(-) Estimativa Para Devedores Duvidosos	(2.791)	(2.753)	(2.941)	(2.753)
(-) Adiantamento de clientes	(2.242)	-	(2.425)	(2.912)
(-) Transferencia para mútuo	-	(3.641)	-	(16.199)
	72.656	60.238	69.940	58.103

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 100 dias. O saldo da estimativa para devedores duvidosos é composto, substancialmente, por valores em atraso acima de 120 dias. A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2011
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(2.234)	(2.272)
Créditos provisionados no período	(519)	(481)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(2.753)	(2.753)
Créditos provisionados no período	(38)	(188)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(2.791)	(2.941)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ESTOQUES**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	22.014	15.776	37.275	25.074
Importação em Andamento	4.073	5.483	4.073	5.483
Produtos em elaboração	2.842	2.223	2.842	3.016
Matérias-primas	11.674	9.195	14.438	9.196
Matérias-primas em Trânsito	3.271	1.023	3.271	1.023
Material de manutenção	2.298	1.683	2.298	1.827
	46.172	35.383	64.197	45.619

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Resultado Operacional e Financeiro****a) resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Cambuci é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul e Europa, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2011 foi de R\$ 23.366 mil. Em 2010, a subvenção foi de R\$ 20.301 mil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram positivamente o resultado operacional da Cambuci em 2011 foram maior volume de vendas, mix de produtos com maior valor agregado, controle de custos e produtividade nas despesas comerciais e administrativas, além do reposicionamento de preços durante o ano.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

A Receita Líquida em 2011 apresentou um aumento de 12,5%, passando de R\$ 247,7 milhões em 2010 para R\$ 278,8 milhões. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foi o crescimento no volume de vendas e reposicionamento de preços de venda.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

A inflação tem impacto nos negócios da Cambuci, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Comentários dos diretores sobre:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes não contém ressalvas ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a Administração de comentar.****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Administração compreende que os controles internos da companhia e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações. Em 2006 a empresa migrou para o da nova versão de sistema integrado de gestão E.M.S Datasul, visando maior agilidade, controles eficazes e integração aos processos.

b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O relatório dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que a empresa utiliza para na elaboração de suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, Administração deve comentar (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados, (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 A administração deve descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, a Administração deve comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.